



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PROJETO DE LEI N° , DE 2024

Concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e restaura os direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos relacionados às Eleições de 2022.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É concedida anistia a todos os envolvidos nos atos, manifestações e protestos ocorridos em Brasília, Distrito Federal, no dia 8 de janeiro de 2023.

Parágrafo único. A anistia de que trata este artigo abrange todos os crimes e contravenções penais.

Art. 2º É restaurado o pleno gozo dos direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos, declarações e manifestações relacionados às Eleições de 2022.

Art. 3º O cidadão titular de mandato eletivo que o tenha perdido em razão de atos, declarações e manifestações de que trata o art. 1º será reinvestido no cargo no prazo de 15 (quinze) dias da vigência desta Lei.

Art. 4º É vedado declarar a perda do mandato eletivo ou a inelegibilidade de cidadão em razão de atos, declarações e manifestações de que trata o art. 1º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Indisfarçadamente inspirado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 70, de 2023, este projeto de lei objetiva conceder anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e restaurar os direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos relacionados às Eleições de 2022.

Propomos a medida infraconstitucional porquanto sermos convictos de que a lei é o veículo adequado para os fins almejados, bem como suficiente para conferir aos beneficiados garantias plenas para que não temam novas perseguições fundadas nos mesmas ações e fatos, dado que é vedado o *bis in idem*, isto é, não se admite dupla apenação ou mesmo novo julgamento por um mesmo ato.

Conforme a justificação feita na PEC nº 70, de 2023, a Constituição Federal positiva, em seu art. 1º, como fundamento da República Federativa do Brasil a cidadania e o pluralismo, bem como institui, em seu art. 5º, como direitos fundamentais, a livre manifestação do pensamento e a liberdade de reunião.

Buscamos, com esta proposição, resguardar esses direitos e dar um fim à perseguição que vem sendo perpetrada contra inúmeros cidadãos brasileiros, sejam políticos ou não, por conta de suas opiniões e posicionamentos ideológicos.

Cumpre lembrar que, no curso dos chamados “atos de 8 de janeiro”, apenas uma pequena parcela dos manifestantes se envolveu em atos violentos, ao passo que a grande maioria dos cidadãos ali presentes agiram a todo momento de forma pacífica e, mesmo assim, muitos foram presos e processados injustamente.

Ademais, é imperiosa a restauração do pleno gozo dos direitos políticos dos cidadãos que foram declarados inelegíveis ou perderam os seus mandatos em face de atos, declarações e manifestações relacionados às

Eleições de 2022. Igualmente, impende vedar que novas cassações de direitos ou declarações de inelegibilidade ocorram com base nesses mesmos alicerces.

Diante do exposto, certos de que os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras têm a noção de que as condenações e restrições de direitos que se pretende desconstituir são inomináveis ameaças à democracia e ao exercício da cidadania, solicitamos o apoio, assim como das dimensões da justiça, da humanidade e da imperatividade da medida proposta, pedimos apoio para que este Projeto de Lei seja aprovado.

Sala das Sessões,

Senador MARCIO BITTAR